



Anais da Assembléia

N.º 09

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 08 DE MARÇO DE 1977

ANO III

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 6ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM 08 DE MARÇO DE 1977

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Fuad Nacli e Rosário Pitelli.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, e Wilson Fortes (47); achando-se ausentes os Senhores Deputados Jurandir Messias, Deni Schwartz, Francisco Escorsin, Gabriel Sampaio, João Fadel, Muggiati Filho e Otássio Pereira (07).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 362/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 445/76, Mensagem número 147/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle à erosão no Paraná — SUCEPAR, e o município de TERRA ROXA, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres favoráveis da CCJ., C.F., e COPTC., por unanimidade. Em regime de urgência. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 09, quarta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 128/76.

Levanta-se a sessão.

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 7ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 08 DE MARÇO DE 1977 (Terça-Feira)

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secre-

tariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e Gabriel Manoel.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Roslindo Fruet, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes (47); achando-se ausentes os Senhores Deputados Jurandir Messias, Deni Schwartz, Francisco Escorsin, Gabriel Sampaio, João Fadel, Muggiati Filho, Otássio Pereira (07).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

INDICAÇÃO:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência, a relação dos Senhores Deputados do Movimento Democrático Brasileiro, que passarão a compor as Comissões Permanentes deste Poder Legislativo.

Na oportunidade, apresento a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 08 de março de 1977.

(a) TRAJANO BASTOS

COMISSÕES PERMANENTES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Membros:

Deputado Fidelcino Tolentino
Deputado José Muggiati Filho
Deputado Osvaldo Macedo
Deputado Maurício Fruet
Deputado Waldenício Barbalho

Suplentes:

Deputados: Enéas Faria, Nilso Sguarezi, Lineu Turra

COMISSÃO DE FINANÇAS

Membros:

Deputado Benedito Lúcio Machado
Deputado Antônio Facci

Suplente: Deputado Valter Pietrângelo

COMISSÃO DE TERRAS, COLONIZAÇÃO E IMIGRAÇÃO

Membros: Deputados Jayme Carvalho e Otássio Pereira

Suplente: Deputado Domício Scaramella

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

Membros: Deputados Ernesto Dal'Oglio, Edilson Alencar.
Suplente: Deputado Nelson Buffara

COMISSÃO DE TURISMO

Membros: Deputados Nelson Buffara e Adalberto Daros
Suplente: Deputado Otássio Pereira

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Membros: Deputados Ernesto Dal'Oglio e Nelson Buffara
Suplente: Deputado Otássio Pereira

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Membros: Deputados: Nelson Buffara e Edilson Alencar
Suplentes: Deputado Renato Bernardi

COMISSÃO DE POLÍCIA

Membros: Deputados Jayme Rodrigues Carvalho e Nilso Sguarezi
Suplente: Deputado Deni Schwartz

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Membros: Deputados Lineu Turra e Antônio Del Ciel
Suplente: Deputado Osvaldo Macedo

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Membros: Deputados Antônio Del Ciel e Hélio Manfrinato
Suplente: Deputado Otássio Pereira

COMISSÃO DE OBRAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Membros: Deputados Lineu Turra e Valter Pietrângelo
Suplente: Deputado Adalberto Daros

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Membros: Deputados Enéas Faria e Renato Bernardi
Suplente: Deputado Valter Pietrângelo

REQUERIMENTOS:**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. PEDRONILO RUSCHEL.

Ligado a tradicional família, residente em General Carneiro onde era industrial, pessoa bem quista, sua morte abre grande lacuna que jamais será preenchida.

Requer, outrossim, seja enviado à família, o teor deste requerimento.

Sala das Sessões, em 08 de março de 1977.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer que, com a devida aprovação do Plenário, se consigne na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de pêsames pelo falecimento do Sr. ATANAGILDO VAZ, ocorrido em Ponta Grossa, em data de 07 do corrente mês.

O extinto, membro de tradicional família pontagrossense, era pessoa muito benquista e o seu passamento causou grande consternação.

Requer, igualmente, que se dê ciência à família enlutada desta homenagem.

Sala das Sessões, em 08 de março de 1977.

(a) DAVID FEDERMANN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, regimentalmente, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Agostinho Zen, ocorrido na última sexta-feira, dia 04 do mês corrente.

Tronco de tradicional família em São José dos Pinhais, seu passamento consternou a população do vizinho município.

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada, à rua P. Oliveira, número 1392 - São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 08 de março de 1977.

(a) MAURÍCIO FRUET

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça o encaminhamento do presente expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, solicitando providências para a instalação de uma central telefônica no município de Santo Inácio.

Ocorre que, recentemente, Santo Inácio foi dotado de um posto telefônico, o qual no entanto não tem conseguido atender a demanda das ligações pretendidas, ficando comprovado pelo seu movimento que a única solução seria a ampliação do seu serviço telefônico.

Sala das Sessões, em 08 de março de 1977.

(a) DÁCIO LEONEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja enviado o presente expediente ao Exmo. Sr. Secretário da Administração, solicitando providências urgentes para que por administração direta, sejam procedidas as reformas e reparos que se fazem necessários nos prédios escolares "Barão do Rio Branco", "Tiradentes", "Machado de Assis" e Grupo Escolar do distrito de São Luís, todos localizados no município de Londrina.

Sala das Sessões, em 08 de março de 1977.

(a) DÁCIO LEONEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado um expediente ao Senhor Governador do Estado, Doutor Jayme Canet Júnior e ao Senhor Secretário da Educação e Cultura, Doutor Francisco Borsari Netto, solicitando que seja criado o Curso de 2º grau científico, no município de Araruna.

Sala das Sessões, em 07 de março de 1977.

(a) LÁZARO DUMONT

JUSTIFICATIVA:

Faz-se necessário a criação do 2º Grau Científico em Araruna, devido facilitar os estudos, isto é, para que possam prosseguir os estudos normalmente, evitando o deslocamento para os municípios vizinhos, prejudicando enormemente as atividades extras do estudante e as conseqüentes despesas com os transportes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário, seja consignado voto de regozijo pela implantação do terminal exportação da COTRIGUAÇU, no Porto de Paranaguá,

composta de 4 graneleiros.

Sala das Sessões, em 08 de março de 1977.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Representa esse fato, o atestado de força e pujança do desenvolvimento da iniciativa privada, da coragem e da esperança no equacionamento de riquezas geradas pelo trabalho direito do homem do campo.

A capacidade empresarial do agricultor do Oeste, Sudoeste, gerou a grandeza da integração dos objetivos econômico-financeiros, partindo dos fatores primários e avançando na densa fronteira da competição comercial dos produtos agrícolas internos, chegando agora ao ancoradouro seguro e duradouro do mercado mundial de produtos.

O complexo que a federação de Cooperativas Cotriguaçu — instala no Porto de Paranaguá, representa a maturidade dos homens de ideal firmado e de consciência meridiana para alcançar no além-mar, mercado e preços compatíveis para os produtos tirados da lavoura.

A iniciativa corajosa da Cotriguaçu, abre novas perspectivas econômicas para o Paraná e até para o Paraguai, que poderá se beneficiar do nosso porto para exportar os seus produtos agrícolas, hoje em grande parte equacionados por lavradores brasileiros.

A importância do feito mobilizou a alta administração da República, desde a Presidência até Ministros e outros escalões além do Governo Estadual e dirigentes cooperativistas.

A capacidade de embarque do porto aumentou em mais de 1.500 toneladas/hora, o que equivale à duplicação de sua capacidade e seus graneleiros em Paranaguá armazenam 120 mil toneladas estáticas, onde 80 milhões de cruzeiros foram investidos.

A Cotriguaçu, cuja presidência está entregue às mãos de um cascavelense e ex-parlamentar desta Casa, Roberto Wypych, congrega cerca de 25 mil associados, a sua estrutura na região é capaz de receber, limpar, secar e armazenar 1 milhão e 750 mil toneladas de cereais, principalmente trigo, soja e milho.

Por aí se vê a estrutura organizada das fontes produtoras do Vale do Iguaçu, que representam mais de 40 por cento de toda produção agrícola de soja, trigo e milho do Paraná, onde só o Oeste participa com 30 por cento.

Os fatos registram a necessidade do Governo despertar para a construção de ferrovia do Oeste, para acompanhar o seu desenvolvimento e elevar ainda mais a sua capacidade de produzir divisas.

Lamentável é, porém, que as forças políticas da região, representadas nesta Casa, não tenham sido convidadas para o ato

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições com base no Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente requer o encaminhamento de veemente apelo ao Excelentíssimo Senhor Doutor Arnaldo Busato, digníssimo Secretário de Saúde, no sentido de determinar providências que resultem em levantamento das deficiências e necessidades do HOSPITAL DE CRIANÇAS DO LITORAL, instalado na cidade de Paranaguá, visando a melhoria das instalações e o melhor atendimento às crianças pobres.

O apelo encontra ampla justificativa na afirmação de que o Hospital, está funcionamento precariamente, sem recursos suficientes para atendimento às crianças de todo o litoral paranaense, que necessitam de tratamento e lenitivo. O prédio em que funciona se encontra em péssimo estado, necessitando de reparos urgentes.

O levantamento solicitado irá concluir que as instalações do HOSPITAL DE CRIANÇAS DO LITORAL estão a exigir

reparos urgentes, para que possa oferecer razoáveis condições de atendimento.

A gritante situação já provocou o interesse de pessoas abnegadas que, em gestões efetuadas, tentaram transferir o Hospital para uma administração particular, o que se configura como inviável, diante da existência de um convênio entre a FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO PARANÁ e o INPS, convênio que não poderá ser transferido e nem estabelecido com outra organização.

Assim, diante da lamentável situação, resta ao signatário e ao povo do litoral paranaense a esperança de que, através deste apelo, soluções serão adotadas, para a recuperação do prédio e concessão de maiores verbas, possibilitando que o HOSPITAL DE CRIANÇAS DO LITORAL preste efetiva assistência às crianças pobres necessitadas, quer em internamentos, quer em tratamento, quer em fornecimento de medicamentos.

O presente apelo é feito em nome dos homens responsáveis de hoje, que estão a pensar e se preocupar com o Brasil do futuro, na certeza de que o ilustre e dinâmico Secretário de Saúde comunga do mesmo pensamento e da mesma preocupação, razão por que dará solução satisfatória à justa e oportuna iniciativa, adotada por esta Casa, ao aprovar e, em decorrência, endossar os termos deste requerimento.

Sala das Sessões, em 08 de março de 1977.

(a) NELSON BUFFARA

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI NÚMERO 11/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a CRECHE LAR FELIZ, com sede na cidade de Ponta Grossa.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08 de março de 1977.

(a) DAVID FEDERMANN

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública vem prestando os mais relevantes serviços sociais à comunidade pontagrossense.

Dedicando-se precipuamente a atender às crianças cujas mães trabalham fora do lar, presta-lhes toda a assistência necessária quer quanto à alimentação, educação, segurança a par de uma orientação no sentido de costumes sadios.

De caráter filantrópico, sem finalidades lucrativas, sem dúvida auxilia sobremaneira ao Poder Público no trato do problema do menor.

Justo que se lhe reconheça a utilidade pública através de lei.

Pedimos o apoio de nossos Pares a esta proposição.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em todas as oportunidades em que assuntos ligados à criança chegam ao nosso conhecimento, é para nós motivo de alta relevância.

Em Paranaguá, Srs. Deputados, existe um hospital denominado Hospital da Criança do Litoral, porque atende todas as crianças daquela parte de nosso Estado. As condições precárias em que funciona aquele hospital fazem-nos crer que existe um descaso, não intencional, nem doloso, porque conhecemos a pessoa do Sr. Secretário de Saúde Pública, Dr. Arnaldo Busato, homem muitíssimo bem intencionado e que tem honrado e dignificado aquela Secretaria, razão pela qual, hoje, estamos en-

caminhando à augusta Mesa deste Poder, um requerimento no sentido de, se aprovado pelos Srs. Deputados, levar ao conhecimento de S. Exa. o Sr. Secretário de Saúde, as denúncias que têm chegado ao nosso conhecimento, a fim de que a Fundação Hospitalar do Paraná, que mantém um convênio com o INPS, para atender as crianças que chegam àquele hospital, dê o atendimento a que se propôs.

Tem-se verificado uma revolta na cidade de Paranaguá, onde uma plêiade de homens, numa campanha tentam tirar a direção daquele hospital, da Fundação Hospitalar do Paraná, para que eles, em termos de comunidade, possam dar o atendimento urgente que se faz necessário.

O requerimento que encaminhados à Mesa está bem explícito e esperamos que a Casa se irmane conosco a fim de lavarmos uma solução para esse problema urgente.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência tem a honra de anunciar a presença do Sr. Prefeito Municipal de Abatiá, Sr. Joaquim de Souza, e do Sr. Aquiles Beliseri, professor do município de Pinhalão.

Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Enéas Faria. — (Pausa).

Tendo declinado, concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Antes de ontem, esteve fazendo a décima visita ao Paraná o Senhor Presidente da República, acompanhado dos Srs. Ministros de Educação e Cultura, e da Agricultura, e de outros representantes de setores da administração federal.

Por outro lado, o Governo do Estado, mobilizado que foi para acompanhar S. Exa. ao Porto de Paranaguá, onde se instalou solenemente a inauguração do terminal de embarque de quatro unidades armazenadoras da Cotriguaçu.

Essas unidades, esses armazéns, esse complexo armazenador, que dobrou a capacidade exportadora do Porto de Paranaguá de 1.500 toneladas-hora para 3.500 toneladas-hora. Isto representa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o atestado insofismável de capacidade de produção de riquezas no setor primário da agricultura das regiões oeste e sudoeste do Paraná. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor FRANCISCO BORSARI NETO, Digníssimo Secretário de Estado da Educação e Cultura, solicitando seja formalizado pelo titular daquela Pasta o entendimento pelo qual as crianças com sete anos incompletos estariam autorizadas a serem matriculadas na 1ª série dos cursos primários de nosso Estado.

Sala das Sessões, em 08 de março de 1977.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Todo início de ano, o mesmo drama se repete para os pais de crianças com 7 anos incompletos que pretendem a matrícula de seus filhos na 1ª série do primário.

Geralmente, a aceitação dessa crianças é precedida condicionadamente, gerando intranquilidade e apreensão.

No início do ano, jornais desta Capital noticiaram que a SEC havia resolvido em definitivo o problema, entendendo que deveria ser atendido o preceito constitucional de ensino obrigatório para todos, com autorização de matrícula para essas crianças.

Todavia, segundo consta, até o presente momento, essa decisão não teria sido oficializada, motivando, novamente, a aceitação em caráter condicional desses alunos.

O trauma vivido por um menor aceito e depois rejeitado por motivos maiores que a sua compreensão infantil, poderá afetar seriamente sua educação.

Entendemos, portanto, que essa questão deva ser encerrada em definitivo, com uma tomada de posição justa e humana, por parte da Secretaria de Educação e Cultura, mas, decisão essa, devidamente formalizada, a fim de que as Diretorias dos estabelecimentos de ensino de nosso Estado possam tomar conhecimento oficialmente do assunto e orientar corretamente os pais quanto à matrícula de menores de sete anos”.

Por aí se vê a estrutura do povo que, organizado, parte na sua luta para o desenvolvimento, sobretudo do seu Estado. E os fatos registram a necessidade do Governo despertar para a construção da ferrovia do oeste para acompanhar o seu desenvolvimento e elevar ainda mais a sua capacidade para produzir divisas. E este fato ficou consagrado e certificado pela presença maciça do Governo Federal com Ministérios aqui no Paraná, reconhecendo publicamente a necessidade de se equacionar novos estudos para que a ferrovia do oeste do Paraná seja instalada com prioridade.

E é o momento para que toda a classe política deste Estado se incorpore neste pensamento para sensibilizar a área do Ministério e a área do Governo Federal, no sentido de melhor desenvolver as regiões carentes do nosso Estado do Paraná.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, somente é lamentável que a classe política, sobretudo as representativas da região, não tivessem sido convocadas, não tivessem sido prestigiadas e, nem sequer lembradas, para comparecer ao ato e dignificar ainda mais aquela solenidade.

Encaminho à Mesa, contudo, um requerimento cuja súmula é a seguinte: Requer voto de regozijo pela implantação do Terminal de Exportação da Cotriguaçu, no Porto de Paranaguá, composta de 4 unidades graneleiras.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni). Concedo a palavra ao Sr. Deputado Benedito Lúcio Machado, quarto orador inscrito.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Dando seqüência à encaminhada de subsídios para conclusão da denúncia que formalizamos sobre funcionários fantasmas que, por ventura, existam lotados neste Poder, apresentaremos, hoje, um novo requerimento dirigido à Comissão Executiva do Poder Legislativo, pedindo informações. Antes, porém, queremos deixar bem claro que não somos contra ninguém, não somos contra e nem a favor deste ou daquele funcionário; mas, como integrantes deste Poder, deste Poder legisferante e fiscalizador dos demais Poderes que instituem, os Poderes dirigentes do Estado e da Nação, não podemos permanecer e não poderemos nunca permanecer dormindo o sono latente diante desta realidade que fere e desconceitua o Poder Legislativo perante a crítica social.

Hoje, pedimos informações sobre a existência de departamento denominado — Diretorias Adjuntas. Queremos antecipar que já conhecemos três nomes que trabalham naquele Departamento. Funcionários honrados, funcionários dignos, funcionários que, com passagem por outros departamentos, demonstraram sua capacidade de trabalho, sua afinidade e respeito ao Poder.

Entretanto, naquele Departamento, eles estão atrofiados das condições de produtividade de serviço, porque parece que este Departamento não tem função. Então, eu acuso e denuncio a falta de condições de produtividade em que é colocado, muitas vezes, o funcionário, não sendo ele o culpado de não produzir, porque em casos como este, ele não tem condições de produzir o serviço, pelo vencimento que recebe. E, quero ainda, antes de apresentar meu requerimento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esclarecer a esta Assembléia, esclarecer ao Plenário, que alguns

funcionários mal intencionados, têm procurado, nesses dias, levar a função objetiva nossa, de forma distorcida a funcionários honrados que trabalham aqui, que prestam serviços aqui, tentando conturbar o pensamento objetivo de moralização; quando pedimos a instalação de relógio-ponto e livros de presença em cada Departamento, sentimos que prestamos, acima de tudo, um trabalho de respeito àqueles que aqui comparecem, e um trabalho de poder de verificação dos que aqui recebem e não comparecem para prestar seus serviços.

Apresentarei, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o meu requerimento.

SÚMULA: Requer informações sobre existência, no Poder Legislativo, de Departamento denominado de Diretorias Adjuntas e pede outras providências. **LÊ):**
"Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de direitos que lhes são conferidos por lei e tendo em vista a sequência de informações que pretende alcançar com referência a funcionários constantes do quadro de servidores desta Assembléia Legislativa que deixam de comparecer ao trabalho, requer:

PRIMEIRO: — Existe Departamento neste Poder, com a denominação de DIRETORIAS ADJUNTAS?

SEGUNDO: — Em caso afirmativo, responder qual é a função objetiva desse Departamento, quantos funcionários nele se encontram lotados, quais os seus nomes e endereços:

Requer ainda, se faça anexar ao requerido nos itens primeiro e segundo fotocópia da última folha de pagamentos efetuados aos ocupantes dos cargos existentes no Departamento de Diretorias Adjuntas.

Sala das Sessões, em 08 de março de 1977.

(a) LÚCIO MACHADO".

Muito obrigado, Sr. Presidente.— (SEM REVISÃO DO ORADOR).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Rosário Pitelli, quinto orador inscrito.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Dos vários Prefeitos Municipais com que temos conversado sobre situações de suas comunidades, como que uma só voz, todos lamentam suas dificuldades financeiras.

São encargos, e todos razoáveis e necessários - como Delegacias das Juntas do Serviço Militar, Tiros de Guerra, convênios com a Secretaria de Segurança Pública para fornecimento de combustíveis, indispensáveis em órgãos estaduais etc. etc.

E por sábia lei federal, todo o ensino de primeiro grau estará somente a cargo do município nos próximos anos.

É a participação na construção de salas de aulas, na conservação de estradas, são convênios com o DETRAN ou TRÂNSITO.

São serviços assistenciais em colaborações com entidades religiosas ou leigas.

São serviços, aparentemente, mas só aparentemente, de pouca significação; mas que na verdade constituem a vida pública no município.

Ao crescimento de tais despesas ocorre a necessidade de mais recursos, mas que o município, por lei, não tem condições de obter.

Não obtidos novos e maiores recursos, a imagem do Chefe do Executivo e do Legislativo Municipal passa a ser desfigurada e criticada, com evidentes prejuízos para o Poder Estadual e Federal, porque é no agente municipal que a comunidade, no município, nos distritos tem o seu primeiro e rotineiro contato

com o que chamamos de Governo.

Então é o próprio Governo o maior prejudicado com essa carência de recursos.

Espera-se, dizem as fontes legítimas, que a exportação nacional será de ordem de sete bilhões de dólares.

O quinhão do Paraná deverá ser por isso mesmo muito bom.

Há, portanto, ou deverá haver recursos para melhorar a ALIMENTAÇÃO financeira dos nossos municípios para que possam tranquilamente atender as suas necessidades.

A imprensa divulgou há poucos dias a formulação de recursos apresentada pelo Prefeito de Curitiba, a S. Exa. o Presidente da República, General Ernesto Geisel, no sentido de que 20 por cento dos depósitos de dois cruzeiros por litro de combustível recolhido em cada município, seja, por sua vez, emprestado ao município recolhedor, sem juros, e por prazo igual ao do depósito bancário, com processos rápidos de concessão.

DESDE QUE RIGOROSAMENTE COMPROVADA A APLICAÇÃO: **(LÊ):**

"É, Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma opção inteligente e que servirá para que cada contribuinte desses recolhimentos seja o fiscalizador do correto emprego de suas economias.

Apresentando, pois, o problema dos municípios e solicitando uma forma de solução, sugerimos que a própria Assembléia Legislativa poderia prestigiar o trabalho do Prefeito curitibano, que se atendido, como esperamos, teria um alcance estadual e nacional".

Era só, Sr. Presidente.— (SEM REVISÃO DO ORADOR).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Maurício Fruet, sexto orador inscrito.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Muitas vezes recebemos denúncias contra arbitrariedades praticadas pela Polícia Civil, às vezes pela Polícia Militar do Estado do Paraná.

E tomamos precaução em encaminhar essas denúncias checando-as e muitas vezes resolvendo vir epistolar.

Ocorre, Srs. Deputados, que informados que fomos ao final desta semana de agressão praticada por elementos ligados à Polícia Civil do Estado do Paraná, contra o cidadão Sílvio Lopes dos Santos, residente em Curitiba, à Casa 9, Rua 5, na Vila Nossa Senhora da Luz, pelas barbaridades cometidas procuramos, antes de encaminhar essa denúncia, entrar em contacto com o referido cidadão, o que foi feito ontem em sua residência.

Vai aqui a primeira observação; com o objetivo de deixar o referido cidadão à vontade para relatar o fato e a fim de que mais tarde não se dissesse que aquele depoimento havia sido preparado por alguém, solicitamos a vários vizinhos do agredido que assistissem ao depoimento prestado.

E aqui vai então o primeiro dado estarrecedor.

Os dez primeiros vizinhos solicitados, simplesmente não aceitaram permanecer na residência do cidadão durante o depoimento, por medo.

Medo de represálias da Polícia.

Nós temos em mãos a gravação do depoimento.

Ela é extensa e somente irei apresentar aos Senhores uma pequena parte. **(COLOCA NO AR A GRAVAÇÃO).**

E está aqui ao nosso lado, detalhada em mínimos detalhes.

Para resumir, o cidadão é funcionário da Imobiliária Contrato e presta serviços no Conjunto Marechal Rondon, localizado na Cidade Industrial de Curitiba.

Na data de 17 de fevereiro foi procurado por um cidadão que solicitou que visitasse o apartamento do bloco 10, solicitando ao seu proprietário que baixasse o volume do rádio,

porque eram vinte e duas horas e trinta minutos. Foi até o local, foi ofendido pelo proprietário daquele imóvel que mais tarde se constatou ser funcionário da Delegacia de Segurança e dez minutos depois estava preso.

Foi preso juntamente com mais dois outros cidadãos que também trabalham na mesma firma, levados para a Delegacia do Portão, colocados num pau de arara; sofreu três fraturas no pé direito e duas fraturas no pé esquerdo, encaminhou uma série de representações a diversos órgãos ligados à Polícia Civil do Estado, até agora nenhuma providência foi adotada.

Eu vou resumir este fato lamentável com um Pedido de Informação dirigido ao Sr. Secretário de Segurança, nos seguintes termos: (LÊ:

“Sr. Presidente.

Requeiro, regimentalmente, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública solicitando que S. Exa. se digne determinar as necessárias diligências com o objetivo de informar a esta Casa as providências adotadas para esclarecer a bárbara agressão sofrida pelo cidadão SÍLVIO LOPES DOS SANTOS, no último dia 17 de fevereiro, nas dependências da Delegacia do Portão, oportunidade em que sofreu três fraturas no pé direito e duas no esquerdo, além de outros equimoses.

Sala das Sessões, em 08 de março de 1977.

(a) MAURÍCIO FRUET”.

Em anexo, o depoimento prestado pelo Sr. Sílvia Lopes dos Santos, encaminhando o requerimento ao Sr. Secretário de Segurança.

E peço escusas à Mesa, pelo fundo musical do depoimento.

Muito obrigado.— (SEM REVISÃO DO ORADOR).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso, sétimo orador inscrito.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): “Assinalamos, nesta tarde, a honrosa visita dos ilustres Pastores Leo Janz, Marwin Tiensen, Frederico Scharf, Jacob Dick e Fredy Bornschein, representantes da Janzteam, que durante esta semana leva a efeito a notável campanha “Sim para Cristo”, nas dependências do Ginásio de Esporte do Tarumã.

Janzteam, é uma associação de fins evangelísticos, fundada no Canadá por Leo Janz, que se encontra neste Plenário, e seu irmão Hildor.

Não visa fundar nova religião nem o estabelecimento de uma nova igreja, mas servir às igrejas e comunidades evangélicas já existentes.

Assim, o trabalho que desenvolve objetiva:

1. Proclamar o Evangelho de Cristo;
2. Guiar pessoas a Cristo;
3. Fortalecer igrejas e seus membros individualmente.

No ano de 1.956, os irmãos Janz, juntamente com o renomado pianista Harding Brasten responderam a um chamado e foram à Europa para cumprir a divina missão “Ide, pregai o Evangelho”, ordenada por Cristo, conforme registrou São Mateus em seus escritos, no Capítulo 28, Versículo 18.

Inicialmente, anunciaram os princípios cristãos através de discos e pelo rádio.

Pouco a pouco, todavia, a equipe passou a realizar significativas campanhas de cunho espiritual, atendendo a diversos convites de organizações de língua alemã.

Essas promoções, bem organizadas e preparadas, tornaram-se o ramo principal do Janzteam, que agora conta com cerca de 100 colaboradores.

Em 1.965 a equipe veio pela primeira vez ao Brasil para realizar uma série de campanhas evangelísticas em diferentes

cidades. Em 1.969 foi constituída a “JANZTEAM — Associação Brasileira de Evangelização”.

Nos anos seguintes, a equipe aceitou diversos convites e atuou em dezenas de cidades do Brasil, Argentina e Paraguai.

A construção de um centro de treinamento bíblico especialmente para os muitos cristãos, espiritualmente desperdos nas campanhas tornou-se necessária.

Por isso, em 1.970, em Gramado, RS, com apelo de amigos brasileiros, alemães e suíços foi iniciada a obra.

Em janeiro de 1.975 foi inaugurado o Centro de Treinamento Bíblico, tendo como diretor e líder o Reverendo Marvin Thiessen, Missionário canadense que muito tem contribuído para o desenvolvimento das atividades espirituais no Brasil.

Além das campanhas evangelísticas a JANZTEAM mantém dentro das possibilidades, programas radiofônicos, notadamente, na Europa, Canadá e América do Sul, assim como, retiros, acampamentos e escolas bíblicas.

Edita também, folhetos, cursos bíblicos e a revista Ruf.

Cumprimentando os ilustres visitantes, fazemos votos de pleno êxito nos trabalhos que realizam com vistas ao aprimoramento espiritual e bem estar do homem”.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência se associa às minifestações do eminente Deputado Ezequias Losso e deseja ao Sr. Léo Janz e aos membros de sua comitiva, uma boa estada neste Poder Legislativo; são os votos dos parlamentares desta Casa.

Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem, infelizmente, quando solicitei um aparte ao eminente Deputado Valter Pietrângelo, quando fazia um pronunciamento sobre a situação das Associações de municípios micro-regionais, não pude expor meu pensamento.

Assim, o faço nesta tarde, porquanto não poderia ficar calado, tendo conhecimento da atuação da associação da micro-região a que pertenço.

Não sei e não quero comentar o funcionamento de outras associações municipais; mas não posso, de forma alguma, associar-me às manifestações de S. Exa. e aceitar que as associações de micro-regiões são inoperantes.

A dos municípios do Vale do Ivaí, a primeira associação de municípios, micro-região, criada no Paraná, vem procurando dar atendimento à sua região, no entendimento conjunto de Prefeitos, sem visar cor partidária: se é da ARENA ou do MDB.

É grande o trabalho que aquela associação vem prestando no setor técnico, com escritório de planejamento na cidade polo que é Apucarana; está também construindo naquela região, um hospital regional, mantido por uma entidade que é o Centro de Triagem e Obras Sociais do Vale do Ivaí.

É uma associação que vem atendendo, com a participação de seus Prefeitos, sempre com vistas a solucionar os problemas de nossa região.

O SR. DÁCIO LEONEL — V. Exa. permite um aparte: (Assentimento).

Deputado Gilberto Carvalho, gostaria também de fazer um adendo, apenas tendo em conta que no pronunciamento de ontem do eminente Deputado Valter Pietrângelo, ele fez uma menção, que na verdade é o reconhecimento da inoperância das associações.

E eu estranhei, ainda mais quando lembrava, que a Associação dos Municípios do Médio Paranapanema, a cuja associa-

ção dos Municípios do Médio Paranapanema, a cuja associação pertence a cidade de Londrina que representamos nesta Casa; esta associação, durante quatro anos, foi dirigida pelo Prefeito José Richa, pertencente ao MDB.

Daí eu entendo que as conotações políticas que se pretendeu dar ao episódio das associações, já estão mais ou menos desvinculadas.

Este era apenas um adentro ao discurso de V. Exa.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Muito obrigado, pelo aparte que V. Exa. me oferece, Sr. Deputado, mas é isto que nós notamos.

Falou-se também na criação das associações emedebistas.

Vejo assim com interesse a criação de uma associação; mas o que é preciso é que nessas associações micro-regionais haja entendimento perfeito entre os Prefeitos, sejam da ARENA ou do MDB, porque o trabalho e as preocupações são comuns entre todos os Prefeitos dos dois partidos.

E se algum é inoperante, já com a participação dos dois partidos separados então talvez seria muito pior.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Sr. Deputado Gilberto Carvalho, realmente nós ontem fizemos uma pergunta aqui: — Falência das associações micro-regionais?

E veio a resposta: “não”.

E prossegui dizendo do reconhecimento da inoperância das mesmas.

Acho até que as associações micro-regionais têm se aparelhado muito bem, têm contratado pessoal burocrático de competência, ou não, não posso afirmar.

O que entendo é que, apesar de todo esse instrumental, de toda essa sofisticação, os frutos das associações, absolutamente, não têm compensado o investimento todo.

Veja, por exemplo, nobre Deputado, a sangria que o Estado faz aos municípios, para lhes conceder, de uma forma humilhante, aquilo a que os municípios têm direito, obrigando, inclusive, que os Prefeitos do Interior se tornem os maiores “churrasqueiros da paróquia”.

E tudo isso para lhes dar o que?

Pouco mais de 5 por cento dos recursos que o município gera para o País.

Ora, a luta fundamental da classe é justamente, a autonomia, a soberania, a nobreza do Prefeito, como autoridade, por isso aí as associações não lutam.

Nós concentramos a nossa crítica sobre o órgão majoritário que é a Associação dos Municípios do Paraná, que tem sido um órgão de festas; inclusive, chega até a provocar os chefes dos executivos municipais a gastarem dinheiro se deslocando para concentrações, para seminários, gastando recursos dos municípios, sem utilidade.

O SR. GILBERTO CARVALHO — V. Exa. acha que os seminários de Prefeitos não são importantes?

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Pelo menos o último, o realizado em Foz do Iguaçu...

O SR. GILBERTO CARVALHO — Creio que esse foi tão importante que os próprios Prefeitos do MDB se reuniram com a mesma finalidade.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Desculpem-me a ausência, mas considero uma irresponsabilidade dos Prefeitos de Londrina, de Ponta Grossa, de Telêmaco Borba, de Assis Chateaubriand.

É hora de se trabalhar um pouco para este País.

Mas, Sr. Deputado, deveria haver uma luta gigantesca, neste País, para que o município tenha uma participação maior nesse “bolo” que são os dividendos dos impostos arrecadados.

Mas, ao contrário, o que se verifica, e com tristeza, é o Município com encargos cada vez maiores; e o Estado procurando passar suas responsabilidades aos Prefeitos.

Em meu pronunciamento, Sr. Deputado, convoquei os Prefeitos responsáveis, da ARENA e do MDB, a se irmanarem para realmente desenvolverem uma luta que traga benefícios que todos enxerguem, que todos sintam, em prol do municipalismo brasileiro tão massacrado, tão ignorado, tão marginalizado.

Quando propus a sugestão ao MDB que organizasse sua Associação dos Prefeitos, é porque já há realmente uma discriminação que o Sr. Governador do Estado está tentando implantar para com os Prefeitos do meu Partido.

E isso não é surpresa, nem segredo.

Porque S. Exa., o Sr. Governador declarou, antes das eleições, que simplesmente desconheceria a existência dos Prefeitos do MDB.

Muito obrigado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, encerrando este assunto, devo dizer que não posso responsabilizar as Associações dos Municípios, como acha o Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

Conheço o trabalho que vem sendo realizado pelas Associações.

Sou mesmo o fundador da Associação dos Municípios do Vale do Ivaí em 1968.

É um trabalho árduo e estafante e depende de muitos recursos para chegar a alcançar os seus objetivos.

Esta associação criada em 1968, só agora conseguiu estar com seu escritório técnico devidamente organizado para atendimento de Prefeitos.

Mas, sou testemunha, também, dos grandes benefícios que esta associação criada trouxe à região, principalmente quando se trata de um benefício entre dois municípios, uma ponte intermunicipal numa área que não é do Estado; uma estrada municipal e que, às vezes, o Prefeito de um Município não tem condições de realizar um trabalho conjunto.

Os mutirões têm sido feitos, e a nossa região, hoje, está quase toda atendida, com encascalhamento, num trabalho conjunto de Prefeitos e Governo do Estado.

Por isto, nós continuamos a entender que a Associação presta grandes benefícios.

Neste encontro de Prefeitos com S. Exa., o Sr. Governador do Estado, as principais reivindicações da minha região, feitas no trabalho conjunto de todos os Prefeitos, foram atendidas em quase toda a sua totalidade.

O SR. DÁCIO LEONEL — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

V. Exa. está concluindo o assunto, mas eu me permitiria, ainda, pelo menos abordar, rapidamente, mais um tópico, já que o ilustre Deputado Valter Pietrângelo falou a respeito da posição do Prefeito de Londrina, o Sr. Antônio Belinati.

Devo dizer a V. Exa. que, inclusive, estive presente, por ocasião da eleição da Associação dos Municípios, do Médio Paranapanema, na sua última eleição.

E pude presenciar o pronunciamento feito na abertura da reunião, pelo Prefeito de Londrina, Antônio Belinati, que, naquela ocasião, presidia os trabalhos, por ser Londrina a sede da Associação.

E. S. Exa., no seu pronunciamento, teceu elogios à Associação dos Municípios.

Destacou o que representa a união dos Municípios, des-

tacou as vantagens que a Associação tem prestado e pode realmente trazer em favor de todos os Municípios.

E, por último, inclusive, quando indicado para compor o Conselho Fiscal da Associação, S. Exa. também aceitou sua indicação.

Dias depois, é que tivemos a notícia de que Londrina havia se desligado da Associação dos Municípios do Médio Parapanema.

Mas para mim, Sr. Deputado, continuam valendo aquelas palavras que ouvi do prefeito por ocasião da eleição.

E, inclusive, a sua aceitação de uma função que lhe fora oferecida pelos membros que compunham a Associação.

Tanto é verdade, que não houve disputa de chapas, foi feita uma simples indicação por um dos membros e, por decisão unânime, através de aplausos, foi escolhida a chapa que comporia a nova diretoria da Associação dos Municípios do Médio Parapanema, até então, e, durante quatro anos, dirigida pelo Prefeito José Richa, também de Londrina.

E o que estranho, neste episódio todo, no pronunciamento do eminente e querido companheiro Deputado Valter Pietrângelo, é que ele se diz contra ou lega inoperância destas associações, já num sentido genérico, não se referindo apenas ao que fizeram mas, em contrapartida, ele mesmo apresenta a esta Casa, um requerimento em que propõe gestão ao Presidente do MDB, para que crie uma entidade de representantes de Prefeituras somente do MDB.

Entendo que se inoperantes são estas associações, não vejo nenhuma razão para que se parta por este caminho.

Era apenas a observação.

O SR. GILBERTO CARVALHO — É lamentável que isto aconteça, porque o Municipalismo não pode ter cor partidária.

Londrina, quantos benefícios poderia prestar aos Municípios menores com a sua assessoria e a sua equipe técnica?

Era interessante que se unissem os Prefeitos, que se entendessem, porque os trabalhos, as dificuldades são comuns e, os maiores Municípios têm condições de criar um assessoramento capaz de participar mais ativamente de uma associação.

Tenho certeza que haverão de compreender e integrar a associação para um trabalho conjunto de contribuição ao desenvolvimento do municipalismo do nosso Estado.

"Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não posso assistir calado a maneira com que vem conduzindo o INCRA em nosso Estado através do Supervisor do Grucopf, Sr. Santin Guernieri Filho, no setor de cooperativismo.

Durante nosso contato com os agricultores atendendo a campanha do Sr. Presidente da República, sempre incentivamos e apelamos que se filiassem às cooperativas, era o único meio de sobrevivência principalmente do pequeno agricultor, mas agora começo a sentir que a intenção do INCRA do Paraná é outra, é criar as super potências das cooperativas, tornando-se como as multinacionais, esquecendo do agricultor que cada vez é mais massacrado, sujeitando a todo tipo de exigências do presidente da Cooperativa.

Sabemos nós que o pequeno agricultor não tem voz ativa, não sabem eles que num trabalho conjunto podem reclamar e até suspender um presidente de cooperativa, eles preferem abandonar, mudar de tipo de plantação principalmente o trigo para não sujeitarem aos descontos, os abusos que só traz desestímulo ao agricultor.

Em 29 de julho de 1963, foi fundada a Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Jandaia do Sul; mas dada a falta de uma agência do Banco do Brasil e, na época, predominava a lavoura do café que tinha um comércio fácil, inclusive, o armazenamento que podia ser feito em suas próprias tulhas,

não foi bem a Cooperativa de Jandaia do Sul, tornando-se quase inoperante.

Hoje, com a instalação do Banco do Brasil, a diversificação de nossas lavouras, despertou atenção dos cooperados, encontrando todo incentivo da agência do Banco do Brasil de Jandaia do Sul, seu Gerente, Sr. Simoni, reuniram e procuraram reativar a Cooperativa, toda a documentação foi preparada, examinado pelo CECCOP, pelo INCRA quando se encontrava na Superintendência do GRUCOPF o Dr. Abel, nos atendeu com a máxima boa vontade e a documentação foi a Brasília para averbação e expedição de autorização de funcionamento.

Em 07 de dezembro eu fui pessoalmente em Brasília e consegui que fosse feita averbação e me forneceram o número de autorização de funcionamento que foi 2.431/76, ficando para ser feita a remessa dos documentos para o INCRA de Curitiba dia 09 de dezembro em virtude do dia 08 ter sido feriado.

Aconteceu que no dia 09 pela manhã, o INCRA em Brasília, recebeu uma carta do Superintendente do GRUCOPF, nessa data já o Sr. Santin Guernieri Filho, em cuja carta pediu que não autorizasse a reativação da Cooperativa porque contrariava os interesses do cooperativismo paranaense, dizendo ser a área de ação da Cooperativa de Mandaguari.

A Cooperativa de Mandaguari tinha como área de ação os municípios de Marialva, Itambé e Mandaguari, que é a sede.

A área da Cooperativa de Jandaia do Sul é formada pelos municípios da Comarca de Jandaia do Sul, compreendendo Jandaia do Sul, Marumbi, Kaloré Bom Sucesso e São Pedro do Ivaí, tendo esses municípios 3.296 propriedades rurais, das quais, segundo informação que tenho em mãos fornecida pelo próprio INCRA, apenas 128 são de cooperados de Mandaguari que vem comprovar que Mandaguari não vem atendendo à área e provar também a capacidade da Cooperativa de Jandaia do Sul sem Prejuízo da Cooperativa de Mandaguari.

Mas o que nós sentimos é o grande interesse do Sr. Santin em impedir o funcionamento da Cooperativa de Jandaia do Sul a pedido do Presidente de interesses estranhos do Sr. Santin em beneficiar a Cooperativa de Mandaguari quando deveria agir com imparcialidade, pois se o outro Superintendente via condições; o processo está em ordem e foi aprovado.

Por que impedir a expedição de autorização de funcionamento?

Nos considerando do expediente que recebi do INCRA feito por quem tomou partido, diz que a tendência natural e lógica era de se ter somente uma cooperativa na área de responsabilidade da zona de Jandaia do Sul, Mandaguari, tendo a audácia de dizer que repercutia negativamente na esfera política das regiões interessadas, não em eficiência, menores custos e maiores sobras aos associados, mas interessados principalmente em votos políticos, dizendo ainda que com a anuência na reativação da Cooperativa de Jandaia do Sul haverá certamente uma desagregação do NORCOOP.

É esta a preocupação do Sr. Santin, desagregação do NORCOOP ameaçada pelo Presidente da Cooperativa de Mandaguari, pois homens parciais como o Superintendente do GRUCOPF, se preocupam com a comodidade, não pensa em quem deveria pensar que é no agricultor que deveria ser o principal objetivo do Cooperativismo, e tentando a julgar como interesse político, quando um de nós políticos reclamamos.

Defendo a Cooperativa de Jandaia do Sul, não com interesse político, mas como obrigação de político que representa a região e conhece os problemas vividos pelos agricultores, que está sentindo o desestímulo dos agricultores no plantio de trigo, porque sentem explorados na hora de entregar seu produto.

É lamentável que órgão de tanta responsabilidade como o

setor de Cooperativismo do INCRA seja dirigido por um irresponsável, trazendo prejuízo a uma região que pede apoio, colocando mal aquilo que o Governo sempre procurou incentivar em benefício do aumento de produtividade, de estímulo ao agricultor.

Não sei que fim tomará o patrimônio da Cooperativa de Jandaia do Sul.

Não tenho mais condições em falar em cooperativa na minha região porque fomos preteridos.

Esteja certo o Senhor Secretário da Agricultura que se não tomar uma medida para que os órgãos ligados à Secretaria no setor de Cooperativismo como o Ceccop e Acarpa procurem de perto conhecer a situação em cada região, nenhum benefício estarão prestando ao setor, mas simplesmente referendando as decisões do INCRA sem prejuízo de nossa produção, o que está provado no processo que se encontra no INCRA.

Tudo aprovado a uma simples mudança de Superintendente tudo se altera, continuando o agricultor da minha região sujeito à especulação dos intermediários na época das safras.

Senhor Presidente, solicito de V. Exa. que deste pronunciamento se dê ciência ao Presidente do INCRA em Brasília e ao Senhor Secretário de Agricultura do Paraná, junto também com cópia de expediente que encaminhamos ao Diretor do Departamento do Movimento Rural do Incra no Brasil".

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência consulta o Sr. Luiz Roberto Soares, sobre se deseja usar a palavra no horário reservado à ARENA.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Declino.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Havendo declinado, a Mesa consulta a Liderança do MDB se deseja ocupar o horário que lhe é reservado.

O SR. TRAJANO BASTOS — Declino.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

Sobre a Mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do expediente.

Necessita de apoio.— APOIADO.— Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

SEGUNDA DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 41/76, de autoria do Deputado Ezequias Losso, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DAS MERCÊS, com sede e foro nesta capital.— Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.— APROVADO, artigo, por artigo.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Sobre a mesa, expediente firmado pelo Sr. Deputado Trajano Bastos, Líder do MDB, encaminhando a relação dos Srs. Deputados do Movimento Democrático Brasileiro, que passarão a compôr as Comissões Permanentes deste Poder Legislativo.— AO DEPARTAMENTO LEGISLATIVO — DIVISÃO DAS COMISSÕES, para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, lido da tribuna, solicitando informações sobre a existência nesta Casa, de Departamento denominado Diretorias Adjuntas.— À CONSIDERAÇÃO DA COMISSÃO EXECUTIVA.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Atanagildo Vaz, ocorrido em Ponta Grossa.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Agostinho Zen, ocorrido em São José dos Pinhais.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Pedronilo Ruschel.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Educação e Cultura, encarecendo seja criado o Curso de Segundo Grau Científico, no município de Araruna.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, visando a instalação de uma central telefônica no município de Santo Inácio.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela implantação do terminal exportação da Cotriguaçu, no Porto de Paranaguá, composta de 4 graneleiros.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente, ao Sr. Secretário da Administração, encarecendo sejam procedidas as reformas e reparos em prédios escolares localizados em Londrina.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufara, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário de Saúde, no sentido de determinar providências que resultem em levantamento das deficiências e necessidades do hospital de Crianças do Litoral, instalado em Paranaguá, visando a melhoria das instalações e o melhor atendimento às crianças pobres.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, encarecendo seja formalizado pelo titular daquela Pasta o entendimento pelo qual as crianças com 7 anos incompletos estariam autorizadas a serem matriculadas na primeira série dos cursos primários de nosso Estado.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Segurança Pública, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Segurança Pública, no sentido de determinar as necessárias diligências com o objetivo de informar a esta Casa as providências adotadas para esclarecer a bárbara agressão sofrida pelo cidadão SÍLVIO LOPES DOS SANTOS, nas dependências da Delegacia do Portão.— APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 9, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

TERCEIRA DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 41/76.

Levanta-se a sessão.

DECRETOS LEGISLATIVOS:

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 74/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protoco-

lado sob o número 963/77, de 28 de fevereiro de 1977, deste Poder,

R E S O L V E:

exonerar a pedido, EDSON LUIZ DUARTE DIAS, do cargo de Assessor de Gabinete, símbolo 3-C, com lotação no Gabinete do Deputado PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO, a partir de 28 de fevereiro de 1977.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 08/03/77

IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 75/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 984, de 28 de fevereiro de 1977, deste Poder,

R E S O L V E:

exonerar a pedido, JOSÉ LUIZ DEL CIEL, do cargo de Assessor de Gabinete, símbolo 3-C, com lotação no Gabinete do Deputado JOSÉ ANTÔNIO DEL CIEL, a partir de 28 de fevereiro de 1977.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 08 de março de 1977

IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 76/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 988, de 28 de fevereiro de 1977, deste Poder,

R E S O L V E:

exonerar a pedido, OSVALDO ALENCAR FURTADO, do cargo de símbolo 1-C, de Chefe de Gabinete da Segunda Secretaria, em comissão, a partir de 28 de fevereiro de 1977.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 08/03/77

IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 77/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 466/77, de 28 de janeiro de 1977, deste Poder,

R E S O L V E:

I - mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do

Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. segundo, da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de RUBEN SPADILHA MENDES, matrícula número 016, ocupante do cargo de Assistente Técnico do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1976, que deixou de gozar;

II – mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da citada Lei 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o sexto quinquênio, compreendido entre primeiro de janeiro de 1971 e 29 de dezembro de 1974, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quinto quinquênio e das férias referentes aos anos de 1971, 72, 73 e 11 (Onze) dias de 1970, contadas em dobro;

III – retificar, "ex-offício", o item II, do Decreto Legislativo número 18/76, de 29 de janeiro de 1976, para declarar que o adicional de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, concedido pelo mesmo, é a partir de 14 de julho de 1975, data em que em razão de incorporação correspondente ao sexto quinquênio, completou trinta e três (33) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, e não como consta naquele ato; e,

IV – conceder o adicional de mais cinco por cento, sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, da referida Lei 6174, a partir de 14 de maio de 1976, data em que completou trinta e quatro (34) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 08/03/77

IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

PORTARIA:

PORTARIA NÚMERO 70/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta dos processos protocolados sob os números 963, 984 e 988/77, deste Poder,

R E S O L V E:

revogar as Portarias números 357/75, 403/75 e 342/76, que autorizam OSVALDO ALENCAR FURTADO, JOSÉ LUIZ DEL CIEL e EDSON LUIZ DUARTE DIAS, respectivamente, a prestarem serviços extraordinários, a partir de 28 de fevereiro de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 08/03/77

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral